


# *Pós-Modernismo e Teoria da História: o relativismo revisitado*

*Postmodernism and Theory of History: relativism revisited*

SOUZA NETO, Manoel Gustavo de\*

<https://orcid.org/0000-0002-2749-6881> 

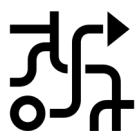
**RESUMO:** Esse artigo disserta sobre o papel da linguagem em História. Meu intento é focar no trabalho de dois nomes do assim chamado paradigma pós-moderno com vistas a expor um modo de tomar as questões estéticas como fundamento para estratégias metodológicas para representação histórica. Hayden White e J.F. Lyotard me guiam num argumento que vai do primeiro pro segundo indagando sobre se é mesmo verdade que o pós-modernismo confere a História e à Literatura o mesmo status epistemológico. Também é minha intenção indagar sobre as possibilidades de levar a sério as teses pós-modernas sem cair necessariamente no completo relativismo. Se alcançar meu intento, então teremos conciliado os fundamentos científicos da História e aquela dimensão da pesquisa histórica que Humboldt chamou de poética.

**Palavras-chave:** História; pós-modernismo; teoria; relativismo; linguagem.

**ABSTRACT:** This paper runs on the hole of language in History. My aim is focus on the work of two names of the so called post-modern paradigm in order to show a way to take the concerns about the aesthetics as a ground for methodological strategies for historical presentation. Hayden White and J. F. Lyotard lead me through an argument that goes from first to last arguing if is it true that post-modernism gives history and literature exactly the same epistemological status. Its also my aim to argue about the possibilities to take post-modernist thesis seriously without necessarily fall on full relativism. If I reach my aims, than we will have conceald the cientifical foundations of History and that dimension of historical research Humboldt called poetical.

**Keywords:** History; postmodernism; theory; Relativism; language.

\* Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. Prof. de Teoria e Metodologia da História na Universidade Estadual de Goiás, Campus Norte, onde coordena o Núcleo de Estudos em Teoria da História. E-mail: [manoel.neto@ueg.br](mailto:manoel.neto@ueg.br)

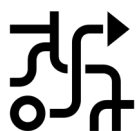


## INTRODUÇÃO

A recepção do Pós-Modernismo entre historiadores tem sido, no mais das vezes, bastante peculiar. Enquanto nas Ciências Humanas em geral, bem como nos estudos sobre Arquitetura, Literatura e Arte, trata-se de avaliar o alcance do conceito, seus limites e potencialidades, na Teoria da História a atitude tem sido não raro a de uma recusa tácita, acompanhada de um exame apressado, envolto pelo receio de que as teses pós-modernas constituam algo como uma sabotagem da História. No extremo, o Pós-Modernismo é visto como um projeto intelectual que, no tocante à epistemologia, impossibilitaria um conhecimento metodicamente controlado do passado, na medida em que põe em xeque o verismo intrínseco à História. No tocante à política, as teses pós-modernas configurariam a prevenção contra o caráter crítico do diagnóstico marxista acerca da modernidade.

No que se segue pretendo uma leitura alternativa que, sem deixar de reconhecer os limites do Pós-Modernismo, leva em conta também suas potencialidades, o que há de fértil em seus diagnósticos. Essa atitude implica visitar o tema do relativismo e para isso nada melhor que uma releitura do célebre escrito de Hayden White, *O Texto Histórico Como Artefato Literário*, de 1978. Não se trata, porém, de tecer o elogio do pensamento pós-moderno – e sim de evitar uma leitura estereotipada, que reduz ao pirronismo o tema do relativismo em História.

Procuro ir além das interpretações que enxergam no Pós-Modernismo uma abordagem que impossibilita o conhecimento histórico e proponho uma leitura que leve a sério o tema do relativismo, supondo que, ao invés de enfraquecer a História, a busca pelos fundamentos linguísticos do conhecimento histórico serve antes para reforçar a fundamentação teórica de um conhecimento controlado do passado – uma vez que esta fundamentação não pode ser garantida até que historiadores estejam perfeitamente conscientes da natureza formal da História. Ao final, espero demonstrar que a atenção sobre o fato de que a forma condiciona o conteúdo em nossa área de conhecimento não implica de modo algum uma equiparação pura e simples entre História e Literatura. Neste esforço mobilizo também outra obra clássica do pós-modernismo, seu texto fundador, por assim dizer: *A Condição Pós-Moderna*, de Jean François Lyotard, publicado na França em 1979. Com isso pretendo recordar a importância da crítica dos “relatos de legitimação” e da consciência acerca das “formas de elaboração de enredo”, para ler Lyotard com White.



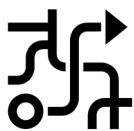
## ***O TEXTO HISTÓRICO COMO ARTEFATO LITERÁRIO***

*O Texto Histórico Como Artefato Literário* é um dos mais polêmicos escritos de Teoria da História e isso porque nele Hayden White apresenta a síntese da perspectiva teórica que fundamenta sua grande obra de 1973, *Meta-História*. Nele o autor aborda historiadores e filósofos da história do séc. XIX com a finalidade de demonstrar como os aspectos formais da narrativa – as formas de elaboração de enredo – organizam os conteúdos em História.

No artigo de 1978, chama a atenção, antes de mais anda, o fato de que o texto foi publicado um ano antes de *A Condição Pós-Moderna*, de Lyotard, antes que o termo Pós-Modernidade estivesse consagrado no vocabulário da Filosofia e das Ciências Humanas, mérito que cabe à obra do filósofo francês. White pode, portanto, ser incluso entre os primeiros formuladores de uma concepção pós-moderna em matéria de Teoria do Conhecimento, por mais que, como nos lembra Daniela Kern, o autor se entendesse como um modernista que leva ao seu extremo lógico os pressupostos do Modernismo (KERN, 2016, p. 181).

White formula a polêmica nos seguintes termos: as narrativas históricas são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 1994, p. 98). Justamente essa passagem, bastante famosa e tão escandalosa à primeira vista, é muitas vezes o suficiente para que o historiador profissional deixe de lado a obra de White sem o devido exame, afinal, porque deveria perder seu tempo com um autor que, de partida, situa a História no âmbito da invenção, nomeadamente no da ficção? A tarefa algo ingrata a que me proponho é a de tentar dirimir o que acredito ser um mal-entendido, esclarecendo essa passagem e evocando outras que evidenciam a preocupação de White com a devida fundamentação teórica da História (bem o contrário do relativismo quase niilista comumente atribuído à sua obra).

Em primeiro lugar, seria preciso ter clareza do que White tem em mente quando fala em ficção, para que se esclareça o que quer dizer com a palavra invenção referindo-se ao passado, quando espera-se que o historiador seja um investigador e não um inventor. Ora, tratando da possibilidade de ambiguidades na narrativa histórica, o autor recorda “isso não significa que não podemos distinguir entre a boa e a má historiografia” e acrescenta: “sempre podemos recorrer a critérios como a responsabilidade perante as regras da evidência, a relativa inteireza do pormenor narrativo e a consistência lógica” (WHITE, 1994,

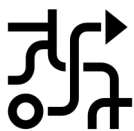


p. 114). Devemos descartar, portanto, a suposição, bastante difundida de que para White as narrativas históricas teriam todas o mesmo status, sendo impossível distinguir sua maior ou menor validade segundo critérios lógicos. O mal entendido decorre justamente de uma má compreensão do que White entende por ficção, que muitos supõem tratar-se de patrimônio exclusivo da literatura, afinal, como poderia atribuir o historiador o caráter de ficção à sua narrativa se mesmo antes de constituir-se como ciência, desde Heródoto, o verismo constitui uma de suas características irrenunciáveis? Não havia também Voltaire feito a distinção entre uma narrativa de acontecimentos imaginários e aquela que toma por base acontecimentos efetivos ou, para falar em seus termos, entre uma concepção mitológica da história e outra, de natureza crítica, que ele chamaria de Filosofia da História, inaugurando assim a terminologia? Haveria, de fato, ofensa maior do que conferir ao trabalho do historiador o título de ficção? O próprio White ressalta: “essa insistência sobre o elemento ficcional de todas as narrativas históricas desperta com certeza a ira dos historiadores” (WHITE, 1994, p115).

A situação talvez assuma contornos menos dramáticos se tomarmos a ficção como o que ela é: uma forma de atribuir coerência formal aos elementos de uma narrativa. Não apenas romances constituem obras de ficção, mas também textos de jornalismo investigativo, cuja pretensão verista não é menor que a da História, ainda que não reivindicuem para si, como faz a comunidade dos historiadores, a especificidade de uma metodologia científica. Ao contrário do que se imagina, uma pesquisa histórica que dispensasse na elaboração de seu produto final o recurso à ficção não alcançaria a forma de um texto verista, e sim a de um catálogo de fontes meramente dispostas uma ao lado da outra, página após página. Ficção significa não apenas a elaboração de uma narrativa imaginária, como compreendemos geralmente, mas, em sentido mais técnico, o esforço de conferir coesão a informações dispersas, de modo que elas assumam a forma de uma narrativa. Faríamos bem, portanto, se distinguíssemos entre uma ficção literária e outra, de natureza verista, que é o que pretende ser a História afinal.

Para explicar o que entende por ficção, White lança mão da expressão “urdidura de enredo”, oriunda da teoria literária de Nortorp Frye: “por urdidura de enredo entendo simplesmente a codificação dos fatos contidos na crônica em forma de componentes específicos” (WHITE, 1994, p. 100).

É possível então inverter o tom usual das críticas às concepções pós-modernas da História e indagar de que maneira transpor as informações obtidas por meio da interpretação das fontes, senão pela urdidura de um enredo, por meio de ênfases, seleções



e metáforas, nas quais consistem a prosa do historiador. Na impossibilidade de apresentar seus resultados de forma positiva, dispensando o recurso a uma prosa explanatória, o historiador está condenado à elaboração de um enredo.

Isso não significa que a História, por sua vez, esteja condenada aos desvarios de uma imaginação desregulada, que encerraria as possibilidades de um conhecimento controlado. Significa antes que ela não pode proceder de outra forma senão por meio da elaboração de enredos. Robert Daron logrou êxito em notar que a afirmação de que conhecimento histórico é dotado de um fundamento a um só tempo empírico e linguístico, uma vez que consiste na articulação narrativa das informações obtidas por meio da interpretação das fontes, não consiste em White num abandono do conceito de verdade histórica, ou da compreensão da História como um tipo de conhecimento. Traduzo Daron em sua contribuição para o *The Sage Handbook of Historical Theory*:

Em Metahistória White buscou desenvolver a noção de que a história era idêntica à escrita da história, refutando portando o principal pressuposto do objetivismo histórico: a ideia de que a história poderia ser tratada como ontologicamente distinta de sua narração. Isso, no entanto, não significa que White tenha abandonado o conceito mesmo de conhecimento histórico ou de verdade histórica. De fato, White falou sobre a escrita da história em termos de sua capacidade de expressar uma verdade especificamente humana (DORAN: 2013, p. 107)<sup>1</sup>.

Trata-se de um pressuposto elementar, não tanto da epistemologia, mas da natureza das narrativas em geral, que as informações por elas veiculadas se organizem pelo constrangimento de estratégias formais, estratégias que White, munido da teoria tropológica de Frye, identifica como o patrimônio narrativo do qual o historiador não pode escapar. Ainda segundo o White leitor de Frye, as narrativas em geral podem ser, trágicas, satíricas, cômicas ou romanescas, não havendo um gênero esteticamente neutro ao qual o historiador possa recorrer supondo encontrar aí uma forma que não constranja os conteúdos oriundos das fontes. Estes não migram intactos dos documentos para a prosa do historiador, sendo antes o fruto de uma interpretação, fato que mesmo a reflexão de um historicista como Droysen não deixa de admitir (2009, p. 53-63).

Por outro lado;

<sup>1</sup> No original se lê: “In Metahistory White sought to develop the notion that history was identical with historical writing, thereby refuting the main presupposition of historical objectivism: the idea that history could be treated as ontologically distinct from its recounting. This, however, did not mean that White had abandoned the very concept of historical knowledge or historical truth. In fact, White spoke of historical writing in terms of its capacity to express a ‘specifically human truth’”.



Dizer que conferimos sentido ao mundo impondo-lhe a coerência formal que costumamos associar aos produtos dos escritores de ficção não diminui de maneira nenhuma o status de conhecimento que atribuímos à historiografia (WHITE, 1994, p. 115).

White ressalta ainda a necessidade de a História informar-se sobre sua constituição estética, reconhecendo-a em termos propriamente literários:

É possível observar que, se os historiadores quisessem reconhecer o elemento ficcional de suas narrativas, isso não significaria a degradação da história ao *status* de ideologia ou propaganda. Com efeito tal reconhecimento serviria de antídoto eficaz para a tendência de historiadores a apegar-se a preconceitos ideológicos que eles não reconhecem como tais, mas reverenciam como a forma de percepção “correta” do modo “como as coisas realmente são”. Trazendo a historiografia para mais perto de suas origens na sensibilidade literária, deveríamos ser capazes de identificar o elemento ideológico, porque fictício, contido em nosso próprio discurso” (WHITE, 1994, p. 116).

Se tivermos logrado êxito em tornar mais compreensível o conceito de ficção com o qual opera Hayden White, estará claro que ele não constitui um patrimônio exclusivo da literatura. A ficção não é um procedimento exclusivo de narrativas que, por sua natureza literária, encontram-se desobrigadas daquele verismo que a História não pode renunciar. Como destacamos, para o White leitor de Nortorp Frye, ficção significa o arranjo de elementos dispersos até que eles assumam a coerência de uma narrativa, e é por meio deste procedimento que o narrador consegue tornar estranho o familiar, compreensíveis os elementos que compõem a narrativa e que estariam dispersos, não fosse o esforço no sentido de produzir a coesão formal de uma prosa. No limite, narrar é lançar mão de procedimentos ficcionais, ainda que não sejam unas as intenções que podem animar uma narrativa.

Desfeita a identificação apressada entre ficção e fantasia, talvez estejamos em condições de compreender melhor o que White entende por invenção, quando afirma que as narrativas históricas são “ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados quanto dispersos” (WHITE, 1994, p. 98). Ora, que os conteúdos históricos sejam *descobertos* é algo que o historiador trata com naturalidade, já que nunca perde de vista seu lastro empírico, o conjunto de fontes que a heurística reuniu, que a crítica avaliou e tipificou, e que, por fim, a interpretação crivou – para recorrermos aqui à divisão tripartite do método histórico de Droysen (DROYSEN, 2009, p. 45-59).

É num sentido específico que White utiliza o termo *inventadas* para referir-se às narrativas dos historiadores, sentido esse que deve ser compreendido em continuidade com o conceito de ficção. O passado, que não existe mais senão na forma de seus resíduos, não repousa íntegro em fonte alguma, bem como o texto histórico não se encontra simplesmente



prefigurado nas fontes. Nesse sentido, e apenas nesse sentido, os conteúdos históricos são criações do historiador, uma vez que é ele quem recorre à narrativa para conferir coerência a informações que jamais transcenderiam a forma da crônica senão por meio de uma série de expedientes formais que a História partilha com outras modalidades de narração. Os conteúdos históricos são, portanto, forjados pelo historiador, mas não *ex nihilo*, por assim dizer, e não de maneira ilimitada, mas dentro de um horizonte circunscrito às possibilidades de sugestões das fontes, que podem dizer muitas coisas, inclusive coisas bastante diversas, a depender do que se tenha em mãos e de como serão questionadas, mas não podem dizer todas ou quaisquer coisas.

Justamente aqui se faz notar a “consistência lógica” à qual se refere White. Com Daniela Kern constatamos que ele é, sem dúvida, um pluralista, mas de modo algum um niilista (KERN, 2016, p. 189). Talvez White tivesse se poupado muitos mal-entendidos se, ao invés da ideia de *invenção*, tivesse remetido àquela de *construção*, com a qual a Teoria da História já está acostumada, ao menos desde Humboldt, e que sugere, já na base do Historicismo alemão, a dupla origem da História, primeiramente no registro verista que busca “apresentar os fatos” – aquele de uma “verdade interna” – em seguida naquele do “poético” – justamente onde reside o trabalho de dar carne ao esqueleto dos fatos obtidos numa primeira triagem dos documentos, trabalho da forma portanto.

Humboldt abre seu *A Tarefa do Historiador* atribuindo ao método histórico a tarefa da “exposição dos acontecimentos”, mas ao longo de seu argumento escreve que:

Mal se obtém o esqueleto do dado através da crua triagem do que realmente aconteceu. O que se adquire nessa triagem é o fundamento necessário da história, seu material, mas nunca a própria história. Parar nesse ponto significaria sacrificar uma verdade autêntica, interna e fundamentada num contexto causal, em nome de uma outra, superficial, literal e aparente. (...) A verdade do acontecimento baseia-se na complementação a ser feita pelo historiador ao que chamamos anteriormente de parte invisível do fato. Visto por esse lado o historiador é autônomo, e até mesmo criativo; e não na medida em que produz o que não está previamente dado, mas na medida em que, com sua própria força, dá forma ao que realmente é, algo impossível de ser obtido sendo meramente receptivo. De um modo diverso do poeta, mas ainda assim guardando semelhanças com ele, o historiador precisa compor um todo a partir de um conjunto de fragmentos (HUMBOLDT, 2015, p. 82-83)

O termo *invenção* tem no texto de White a vantagem de remeter ao domínio criativo da estética, evocado acima por Humboldt, ao passo que o termo *construção*, por exemplo, poderia sugerir que os elementos com os quais se edifica o texto histórico encontram-se prontos e acabados em algum lugar, mais ou menos como se encontram na loja de materiais os tijolos com os quais o construtor erguerá seus edifícios. Nada mais falso, já que as



informações que o historiador há de interpretar e formatar no sentido de convertê-las em conteúdos históricos não podem, de modo algum, ser equiparadas aos tijolos que se encontram prontos e acabados na loja de materiais, sem mais. As informações contidas nas fontes estão mais para o material com que são fabricados os tijolos e que pode assumir formas as mais diversas.

Ao escolher o termo *inventados* para se referir aos conteúdos históricos, White não facilitou as coisas pra si, mas acertou em cheio no sentido de ressaltar na História a sua dimensão estética, aproximando-a da literatura. Essa aproximação, no entanto, é amiúde lida como uma equiparação, e é este o equívoco que faz com que na voz de alguns críticos White pareça um inconsequente incapaz de perceber a distinção óbvia entre as intenções do literato e aquelas do historiador. Essa distinção remete, antes de tudo, à obra de Heródoto, que apesar da crítica de Tucídides, visava a produção de um tipo de relato diverso daquele da Mitologia. O que não é nem de longe tão óbvia é a distinção formal entre estes domínios. História e Literatura se assemelham na obra de Hayden White não no que diz respeito às suas intenções, já que a segunda não se constrange pelo verismo que para a primeira é incontornável. Acontece que, informado não apenas de Frye, mas também de Foucault e mesmo de Wittgenstein, White não pode mais sustentar uma noção do que seja a relação sujeito-objeto senão supondo a linguagem como instância mediadora. Novamente, isso não significa equiparar a História aos produtos literários no tocante às suas diferentes intenções. A História, antes de se consolidar como ciência, no contexto do Historicismo alemão, teve atrás de si um longo caminho em estreita proximidade com a retórica. Portanto a História, que se constituiu como prática erudita muito antes de ter se constituído como ciência, não poderia desaparecer, como que num passe de mágica, com sua dimensão literária, sedimentada durante os séculos em que o bom historiador era justamente o bom narrador, e não ainda o cientista amparado por um método eficaz. É curioso, inclusive, que essa dupla constituição da História, como gênero discursivo e como uma prática de pesquisa, como um “artefato literário” fundado em intenções veristas, não era estranha àquela geração que é, tantas vezes e de forma equivocada, taxada de positivista, qual seja, justamente aquela da Escola Histórica alemã.

## JEAN-FRANÇOIS LYOTARD E A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA



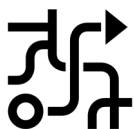


Outro nome fundamental para a compreensão do relativismo, desta feita não apenas no que concerne à História, mas também à Epistemologia em geral, é o de Jean-François Lyotard, que publicou seu *A Condição Pós-Moderna* no ano seguinte à publicação de *Trópicos do Discurso*. A obra de Lyotard foi responsável por difundir o termo Pós-Modernidade no vocabulário da filosofia e mirou, por um lado, na legitimidade epistemológica e política das ciências, por outro naquilo que chamou de saberes narrativos. Há aqui um paralelo entre a dimensão epistemológica e social dos saberes e esse paralelo constitui o cerne da leitura que faço a seguir. Ele foi fundamental para o desenvolvimento da antropologia simétrica como concebida por Bruno Latour.

Também aqui trata-se de ler Lyotard de forma produtiva, como procuramos fazer com Hayden White, para além da atitude defensiva com que em História comumente se reduz o Pós-Modernismo à negação das possibilidades de um conhecimento metodicamente controlado do passado. Interessa antes de tudo localizar no texto de Lyotard aqueles elementos que permitem antes um refinamento da fundamentação teórica da História a partir de uma ampliação da sua autoconsciência epistemológica. Em Lyotard aquele modelo de Filosofia da História que surge com Kant e encontra em Hegel sua forma plena recebe, por assim dizer, seu tiro de misericórdia. Se Hayden White fala em uma *meta-história* para se referir à reflexão epistemológica sobre os fundamentos do conhecimento histórico (aquilo que chamamos justamente de Teoria da História), Lyotard cunha o conceito de *meta-narrativa* para se referir ao domínio a partir de onde as ciências em geral obtêm sua legitimação.

Para o filósofo francês, a legitimação de uma ciência jamais é meramente epistemológica, mas também ética e política. Como recorda Steven Connor, abordando Lyotard em seu *Cultura Pós-Moderna*, “a ciência volta inevitavelmente à narrativa, já que é somente por meio das narrativas que o trabalho científico pode receber autoridade e propósito” (CONNOR, 2012, p.31).

Podemos, em total continuidade com o pensamento de Lyotard, estender esse princípio à História, recordando que ética e política são dimensões da cultura que se deixam organizar em última instância na forma de narrativas. Isso não significa, como poderia concluir o crítico apressado, reduzir a ética e a política à forma da narrativa. Assim como a história – compreendida aqui como o conjunto de experiências humanas ao longo do tempo – se organiza por meio de narrativas sem que isso implique na inexistência dos fatos e processos efetivos aos quais as narrativas conferem forma discursiva, assim também afirmar que ética e política se organizam na forma de narrativas não implica em negar a



existência dos eventos éticos e políticos que afetam de modo absolutamente concreto as instituições, os grupos sociais e mesmo os corpos dos indivíduos. São as narrativas, no entanto, que organizam a multiplicidade desses eventos, funcionando como o pano de fundo das escolhas éticas e políticas concretas, como fonte de critérios para orientação do agir. No que reside a dimensão ética e política dos chamados jogos de linguagem, conceito operatório que antes de tornar mais abstrata a reflexão, faz dela algo mais concreto, pois a insere nos domínios ético e político, onde a natureza da verdade nunca é de teor meramente lógico e empírico, mas de igual modo semântico e narrativo. Nisso tenho em mente Lyotard quando escreve:

O direito de decidir sobre o que é verdadeiro não é independente do de decidir sobre o que é justo, mesmo se os enunciados submetidos a esta e àquela autoridade forem diferentes. É que existe um entrosamento entre o gênero de linguagem que se chama ciência e o que se denomina ética e política (LYOTARD, 2004, p. 13).

Também quando o filósofo francês busca dar lastro sociológico ao conceito de jogos de linguagem, situando-o no campo das disputas de poder: “falar é combater, no sentido de jogar”, e arremata: “os jogos de linguagem provém de uma agonística geral” (LYOTARD, 2004, p. 17)

Justamente a ciência, que além de constituir uma prática de pesquisa metodicamente controlada, constitui também um tipo de discurso, durante muito tempo acreditou furtar-se aos condicionamentos da narrativa, imaginando-se num campo gnosiológico em tudo oposto: ao passo que o método científico exige a demonstrabilidade de todos os enunciados que tenham a pretensão de validar-se cientificamente, as narrativas circulariam pela sociedade desprovidas de método, estruturando, reproduzindo e costurando tradições. Se não se resumem a um espontaneísmo puro e simples, isso se deve ao fato de que as instituições mobilizam essas mesmas narrativas em seus jogos de linguagem, que, por sua vez, são sempre jogos de poder. Essa aproximação entre o os domínios da linguagem, por um lado, e da ética e da política, por outro, não significa uma equiparação. Nas palavras de Lyotard: “Não se poderia assim julgar sobre a existência nem sobre o valor do narrativo a partir do científico, nem o inverso: os critérios pertinentes não são os mesmos para um e outro” (LYOTARD, 2004, p. 49).

A riqueza da tese elaborada por Lyotard no final dos anos 1970 tem a ver com aquilo que se tornou um lugar-comum atualmente: a descoberta de que a ciência não se legitima apenas epistemologicamente, mas também narrativamente, já que sua legitimidade tem a



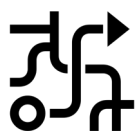
ver com demandas sociais que são, digamos, *pré-científicas*. A resposta sobre porque as sociedades precisam das ciências não pode ser obtida cientificamente, e sim por meio de uma narrativa que surge num estágio específico do desenvolvimento da cultura humanista, aquele marcado pelo Iluminismo, e se expande com o republicanismo moderno, transcendendo esse limite por meio da expansão do capitalismo, que gera uma demanda por ciência na medida em que é tecnologicamente propelido.

O saber científico não pode saber e fazer saber que ele é o verdadeiro saber sem recorrer a outro saber, que é para ele o não-saber, sem o que é obrigado a pressupor a si mesmo e cai assim no que ele condena, a petição de princípio, preconceito (LYOTARD, 2004, p. 53)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de apresentar um outro significado possível para o Pós-Modernismo que não aquele de um relativismo exacerbado, em que o conhecimento histórico é tido como impossível, uma vez que entendido como mero constructo linguístico, tratei de esclarecer justamente o que é um constructo linguístico na perspectiva de Hayden White, ou seja: qual o papel da narrativa em sua teoria da história, aquele da elaboração de enredo. Se o fiz foi para me afastar da interpretação, infelizmente muito comum entre historiadores, de que para White História e Literatura se equiparam, ou antes, que ele reduz a primeira a segunda. Sobre a recusa tácita do narrativismo em nome de uma concepção realista da História, que atribui a esta uma coesão formal que justamente ela só pode obter por meio da narrativa, seria o caso de deixar, uma última vez, White falar por si, recuperando aqui suas palavras em *O Fardo da História*, texto presente em *Trópicos do Discurso*, e que constitui um manifesto de sua concepção da História.

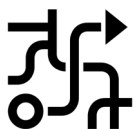
O historiador não presta nenhum bom serviço quando elabora uma continuidade especiosa entre o mundo atual e o mundo que o antecedeu. Ao contrário, precisamos de uma história que nos eduque para a descontinuidade de um modo como nunca se fez antes; pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino. Se, como disse Nietzsche, 'temos a arte para não morrer pela verdade', temos também a verdade para escapar à sedução de um mundo que não passa de uma criação dos nossos anseios. A história é capaz de prover uma base em que possamos buscar pela 'transparência impossível' que Camus exige para a humanidade ensandecida da nossa época. Só uma consciência histórica pura pode desafiar o mundo a cada segundo, pois somente a história serve de mediadora entre o que é e o que os homens acham que deveria ser, exercendo um efeito verdadeiramente humanizador. Mas a história só pode servir para humanizar a experiência se permanecer sensível ao mundo mais geral do pensamento e da ação do qual procede e ao qual retorna (WHITE, 1994, p. 63).



Não são exatamente as palavras de alguém que desacredita da possibilidade, ou mesmo da utilidade do conhecimento histórico. Acontece que a ênfase dada por White à linguagem causa um sem-número de mal entendidos quando ela é entendida de maneira unilateral, em sua dimensão de abstração, de onde se supõe um recurso ao mau hábito do idealismo epistemológico. Um recurso aos pós-estruturalistas, que exerceram sobre White uma influência semelhante àquela exercida por Wittengenstein sobre Lyotard, talvez ajudasse a esclarecer que, na verdade, a linguagem constitui uma dimensão da máxima concretude, inclusive porque é por meio dela que o mundo empírico nos chega. Não há percepção, tampouco conhecimento, senão por meio da linguagem. Este recurso aos pós-estruturalistas, que evidentemente escapa aos limites do presente ensaio, se deixaria completar pelo exame de alguns aspectos das neurociências – igualmente inviável num texto que já caminha pro fim.

No entanto, uma breve remissão a Walter Benjamin, autor sobre quem White nunca escreveu uma linha, mas que certamente atenderia suas expectativas quando se pergunta se a História algum dia abdicaria do paradigma realista em nome de indispensáveis experimentos estéticos, quiçá recorrendo ao surrealismo, deve bastar para enfatizar um conceito de linguagem da máxima concretude – um conceito que a concebe como *médium* do conhecimento.

Em *Sobre a Linguagem e Geral e Sobre a Linguagem do Homem*, de 1916, lê-se: “Toda manifestação da vida espiritual humana pode ser concebida como uma espécie de linguagem, e essa concepção leva, a toda parte, à maneira de verdadeiro método, a novos questionamentos” (BENJAMIN, 2011, p. 49). E, mais adiante, para caracterizar a linguagem como *médium* não apenas de todo conhecimento, mas também de toda experiência (para remeter àquela distinção cara às *Kulturwissenschaft*), ou seja: como suporte do pensamento e da ação, que os precede e os constitui, Benjamin destaca que “não podemos representar para nós mesmos em parte alguma uma total ausência de linguagem. Uma existência que não tivesse nenhuma relação com a linguagem é uma ideia” (2011, p. 51). Notem que, na perspectiva do filósofo alemão, uma concepção de linguagem meramente instrumental, que a concebe mais como instrumento de comunicação do que como instância mediadora entre o ser humano e o mundo, constitui uma forma de idealismo. Praticamente o contrário do que supõem tantos críticos da chamada virada linguística. Esse conceito de linguagem, amplamente inspirado nos românticos de Jena (não tanto em Schleimecher, mas em Novalis



e Friedrich Schlegel), inspirou imensamente a Derrida, que jamais ocultou a dívida, debruçando-se em mais de uma ocasião sobre a obra de Benjamin.

Por sua vez, a crítica de Lyotard aos grandes relatos e às explicações totalizantes, notadamente à maneira como a tradição epistemológica sempre se permitiu, com certa frouxidão teórica, fundamentar a legitimidade da ciência em oposição à das diversas práticas narrativas que constituem a teia em que toda sociedade acha-se inserida, como se apenas de epistemologias e métodos se fizessem as ciências, e não de narrativas, igualmente determinantes senão dos resultados das pesquisas científicas, certamente de sua dimensão institucional e política.

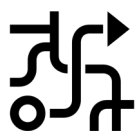
Perante aqueles que veem na obra de Lyotard o suicídio do pensamento e a apologia do relativismo mais irresponsável, recordamos que, assim como para White, a tomada de consciência sobre a dimensão narrativa do conhecimento histórico não significa a abdicação de todo conceito do que seja a verdade, tampouco da prática de pesquisa em História. Tampouco em Lyotard se trata de sacrificar as ciências às narrativas, decretando sua inutilidade. Pelo contrário, o esclarecimento de que o fundamento de toda ciência é, a um só tempo, epistemológico e narrativo, permite à comunidade se posicionar melhor nos embates por legitimação que nunca cessam, demandando antes sua atualização em termos sempre novos e atuais, já que são sempre novas as possibilidades de obscurantismo, bem como os monismos diversos.

Em posse do saber de que em toda ciência há uma narrativa legitimadora, por meio da qual ela justifica sua existência, anunciando o motivo pelo qual se faz necessária, a comunidade científica se encontra numa posição melhor e não pior, a partir da qual pode indagar-se sobre que tipo de narrativa auto-legitimadora pode expressar de maneira mais eficaz suas razões de ser. E isso sem precisar repetir para si o discurso das filosofias da história orientadas de forma teleológica, sob a égide de um humanismo datado, empirista na intenção ainda que idealista na forma.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BENJAMIN, Walter. Sobre a Linguagem em Geral e Sobre a linguagem dos Homens. In: *Escritos Sobre Mito e Linguagem*. São Paulo: Ed. 34, 2011.

CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.



CÉSAR, Temístocles. *Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica* (1970-1980).

CONNOR, Steven. *Cultura Pós-Moderna: Introdução às Teorias do Contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 2012.

DORAN, Robert. *The work of Hayden White I: mimesis, figuration and the writing of history*. In: PARTNER, Nancy. *The SAGE Handbook of Historical Theory*. London: SAGE Publications, 2013

DROYSEN, Johann Gustav. *Manual de Teoria da História*. Petrópolis. Vozes, 2009.

FRAZINI, Fábio. The Burden is Still Heavy. Práticas da História. *Journal on Theory, Historiography and Uses of The Past*, Lisboa, nº 6, 23-30, 2018.

HUMBOLDT, Wilhelm von. A Tarefa do Historiador. in MARTIN, Estevão de Rezende. *A História Pensada: Teoria e Método na Historiografia do séc. XIX*. São Paulo: Ed. Contexto, 2015.

KERN, Daniela. Hayden White e o Pluralismo Histórico. In: MALERBA, Jurandir. *História e Narrativa: A Ciência e a Arte da Escrita Histórica*. Petrópolis: Vozes, 2004.

LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.

Recebido em: 10/04/2020

Aprovado em: 23/06/2020